

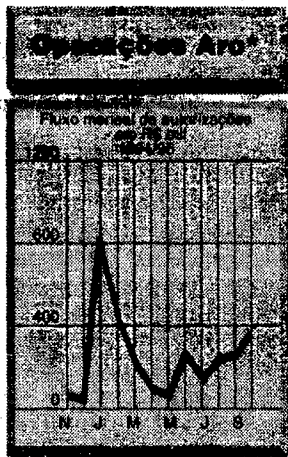
CMN decide dívida estadual

Só falta acertar, entre Senado e Tesouro, prazos de pagamento

por Eliane Cantanhêde e
Ivanir José Bortot
de Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá se reunir extraordinariamente, na próxima semana, para examinar as bases de renegociação da dívida contratual dos estados. O ponto central da proposta é a formação de um fundo de cerca de R\$ 2 bilhões, para serem repassados de acordo com as necessidades e possibilidades de cada estado. As condições de pagamento deverão ser de 6% de juros ao ano, mais Taxa Referencial (TR).

A informação foi dada ontem pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator das dívidas estaduais na Comissão de Economia do Senado, depois de mais de duas horas de reunião com o secretário do Tesouro Na-



Fonte: Dadi/Diário
Antecipação de Receita Orçamentária

cional, Murilo Portugal. Segundo Bezerra, só não ficaram fechados os prazos. Portugal propôs seis meses de carência, com doze para pagamento. Bezerra aceitou a carência, mas ainda tenta o parcelamento de trinta meses, ou seja, ao longo do mandato dos atuais governadores.

Os recursos do novo fundo, que estão sendo calculados com base em 2,6 vezes os Fundos de Participação dos Estados, terão duas destinações preferenciais: o pagamento de pessoal, incluindo a indenização dos futuros servidores demitidos, e a renegociação das Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO).

Segundo o diretor comercial da Caixa Econômica Federal (CEF), Valderi Albuquerque, a instituição deverá ser autorizada a comprar as dívidas ARO feitas pelos estados tanto com os bancos oficiais quanto com os privados. Os recursos viriam de três fontes: R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); R\$ 400 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); e o restante dos recursos próprios da Caixa. As garantias exigidas pela CEF seriam o aval do Tesouro Nacional para as operações e as ações de empresas estaduais.

Carlos Bezerra acrescentou que haverá, também, exigências de outra ordem para os estados. O primeiro repasse do fundo seria administrativo, com o início do cumprimento do teto legal da arrecadação para as folhas de pagamento. A meta estabelecida é de que, ainda neste ano, os estados beneficiados pelo novo fundo reduzam em 1/3 a diferença entre a atual percentagem da folha na arrecadação e o limite estabelecido pela chamada Lei Rita Camata, de 60%.

Em outubro, governadores e prefeitos buscaram R\$ 400 milhões em empréstimos bancários para pagar despesas com pessoal e custeio administrati-

vo, registrando uma mudança nas fontes de financiamento: os bancos privados se retraíram e os bancos públicos, especialmente a CEF e o Banco do Brasil, ocuparam esse lugar. Os bancos federais concederam R\$ 250,7 milhões de empréstimos na modalidade de ARO para os estados e municípios no último mês. Em setembro, o financiamento tinha sido de apenas R\$ 26 milhões. As instituições financeiras privadas, ao contrário, reduziram de R\$ 249 milhões para R\$ 85,9 milhões a liberação de recursos no mesmo período. As operações feitas pelos demais bancos estaduais com ARO subiram de R\$ 36 milhões (setembro) para R\$ 63,1 milhões em outubro.

(Ver página A-3)